



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
Colegiado de Unidade

Ata da 3ª reunião ordinária dos professores da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense do Colegiado de Unidade modalidade virtual, pela Plataforma Meet (LINK DA REUNIÃO: [meet.google.com/kpd-jjcn-wnn](https://meet.google.com/kpd-jjcn-wnn))

No dia vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e três, por meio da Plataforma Meet, às 14h, reuniu-se o Colegiado de Unidade, presidido pela professora Fernanda Pontes Pimentel, com a presença dos professores: Rafael Iorio, Ozéas Lopes, Raquel Nery, Cibele Carneiro e Carlos Magno; dos servidores Ilma Regina, Felipe Stevans, Mirian Amorim, Cristiane (bibliotecária) e Luane Vianna, que redigiu a ata. O discente Victor participou da reunião representando o CAEV. A gravação foi iniciada às 14:07h. **Informes Gerais:** A Professora Fernanda saudou a todos os presentes e ao centro acadêmico, que solicitou a inclusão do ponto de pauta relatado no terceiro tópico desta ata. Lembrou aos membros do Colegiado que na reunião do próximo mês, vão elaborar e votar as Comissões Eleitorais da próxima eleição para a Direção, o Colegiado de Unidade, o Departamento de Direito Privado, o Departamento de Direito Aplicado, a Coordenação de Curso e a eleição do centro acadêmico, que já teve a indicação de professor e servidor publicado no Boletim de Serviço. O segundo informe foi sobre a reunião que a diretora participou com a PROGEPE, tratando do Programa de Gestão. Há muitos problemas quanto ao comprometimento dos servidores na execução das atividades que foram pactuadas com a chefia. Alguns servidores cumprem estritamente as atividades, porém a ausência de outros traz preocupação. Agora há uma ferramenta no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) que permitirá a exclusão desses servidores que não estão cumprindo com o compromisso firmado. Esses nomes serão transferidos para o ponto eletrônico e, mesmo que esse servidor continue não cumprindo com os seus compromissos, a direção não vai ter que ficar atestando a presença desses servidores que não estão de fato realizando as atividades. O último informe foi sobre o pedido de paciência aos professores devido às intervenções que estão sendo realizadas na Faculdade, mas não há como perder a oportunidade e aguardar até as férias, pois se não fizerem agora, podem ir para o final da fila da lista de Unidades da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
Colegiado de Unidade

Universidade que estão precisando também de reparos ou obras. Informou que estão fazendo uma análise para retirada da figueira do Campus da Tiradentes, pois ela quebrou a cisterna, quebrou o acesso à rampa da garagem, a sala do PPGSD que está com o chão cedendo e, devido a raiz está muito grande, pode comprometer a estrutura do Prédio. Possivelmente amanhã (sexta-feira) o Campus II será fechado para desinsetização e informou que a Miriam inseriu no site da Faculdade para consulta, os documentos que estão sendo gerados pela Faculdade ao longo dos anos para acesso ao público externo para que possam acompanhar a trajetória da Faculdade de Direito e garantir a transparência dos atos emanados pela Instituição. **Ponto 1: Plano de Desenvolvimento de Unidade e Regimento Interno.** A diretora disse que, desde 2017, estão tentando aprovar o regimento interno, mas não conseguem concluir e publicar o documento. Os Departamentos já enviaram as críticas ao documento e a docente Fernanda submeteu ao Colegiado que a comissão retome os trabalhos e incorpore as sugestões dos Departamentos e as críticas que foram unânimes ao pensar que o regimento está com excesso de casuísmo. Estão trabalhando com uma regulamentação excessiva de condutas que são pautadas, ou pela Lei 12.772 ou pelo regimento da UFF e o Colegiado não teria competência, pois estaria extrapolando às matérias da atuação comum do Colegiado. A proposta dos Departamentos é que elaborem um regulamento de cláusulas gerais, eixos, regras de condutas básicas, de atribuições... A ideia trazida pelo Departamento de Direito Público foi que alguns assuntos pudessem ser tratados por meio de portaria autônoma para regular determinada matéria específica. Submeteu ao Colegiado e solicitou a reunião dos membros da Comissão, que é composta pela professora Fernanda Pimentel, Ozéas, Fernando Gama, Wanise; o servidor Felipe Stevans, e, como discente, a Inara para traçarem os parâmetros para serem incluídos no documento e assim que finalizarem o trabalho, haverá uma reunião extraordinária para aprovação. O professor Paulo Corval disse que está de acordo, mas pediu que a comissão faça uma síntese textual, evitando que o documento volte para reparo de alguma cláusula que seja âmbito de outras instâncias. Seguindo esse mesmo assunto, há o Plano de Desenvolvimento de Unidade, pois o quadriênio venceu; por este motivo, o PDI deverá ser revisto. A diretora agradeceu o trabalho da Mirian pela elaboração e coleta de dados que constituíram o PDI vigente e gostaria de fazer o mesmo procedimento para o próximo documento a fim de que possa ser levado para aprovação em reunião extraordinária. A comissão do PDI é composta pelos professores: Fernanda, Gustavo, Paulo Corval e a servidora Miriam. Quanto à pauta do PDI, não houve manifestação contrária. **Ponto 3: Casos de importunação sexual que estão ocorrendo na Faculdade de Direito .** Para explicar os casos de importunação sexual, a professora Fernanda passou a palavra para que o Victor explicasse as ocorrências. O Victor disse que não gostaria de trazer esse assunto, mas foi entregue a eles os relatos de algumas alunas que estão sofrendo importunação de alunos e não estão se sentindo seguras no próprio Campus; não só do Direito, mas em outros espaços da Universidade. O aluno, cujo nome não foi mencionado, tem desrespeitado professores,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**Colegiado de Unidade**

servidores e a explanação no Colegiado é necessária para que seja tomada alguma solução ao caso, pois não há como permanecer dessa maneira. Deseja que seja realizado um monitoramento para amparar essas alunas. A conduta desse aluno realizada no Campus da Tiradentes gerou estarecimento e para esclarecer aos membros do Colegiado, a bibliotecária começou a sua fala. A Cristiane ( bibliotecária do direito) mencionou que esteve em tratativas com a Diretora, que tinha conversado com o servidor Felipe e solicitou que colocasse mais disciplinas na Tiradentes para evitar que ficasse tão deserto, facilitando ainda mais os assédios. Disse ainda que mantém contato com esse aluno, desde 2019, e o agir dele vem piorando, ontem (24/05) uma aluna falou que ele tem intimidado muitas outras mulheres. O padrão dele são mulheres brancas, trata-se de uma pessoa preconceituosa, inconveniente, que gosta de intimidar as mulheres, ele é inteligente porque não produz provas contra si, sua gentileza, em forma de assédio, fica difícil de apontar a postura dele como assédio. Ontem, ele foi à biblioteca e deitou no chão do acervo, descalço. A estagiária estava guardando os livros e comentou sobre o que ele tinha feito e ela chamou o segurança no horário de almoço, que foi prontamente até o indivíduo e perguntou se ele estava passando mal, ele respondeu que não. A partir da resposta, o segurança pediu para ele se levantar, então ele se levantou reclamando. Outra vez ele deixou o celular na mesa que fica na biblioteca e o celular começou a tocar uma música em alto volume e a Fernanda (bibliotecária), explicou aos alunos que estavam presenciando a situação que ia pegar o celular somente para abaixar a fim de evitar incômodo a outros estudantes. Ele trata Daiana com grosserias, porque ela é negra, mas é extremamente gentil com pessoas brancas. Ele teve problema com uma pessoa da limpeza porque foi usar o banheiro de porta aberta e quando a pessoa da empresa pediu para ele fechar a porta, ele foi extremamente grosseiro por ter chamado sua atenção. A Cristiane destacou que nunca aconteceu nada grave, por enquanto, mas ele está sempre entrando na Faculdade e quando ele chega, causa uma sensação de tensão. Os seguranças ficam tentando manter a tranquilidade e prestam apoio às servidoras. A chefe da Cristiane disse que tem a intenção de instalar câmeras, acionar mais seguranças, entretanto não pensa em outras alternativas mais relevantes para conter a situação. A diretora está muito receosa com esses casos de assédio, pois é uma linha tênue, traz um constrangimento grande para as mulheres e cria um clima de iminência de que algo ruim vai acontecer. A diretora mencionou outro caso que aconteceu com duas alunas do 1º período com um aluno do 4º período, crime que ocorreu no Isoporzinho – realizado na Cantareira - e que já foi registrado na delegacia; sendo uma delas menor de idade, 17 anos. Para instauração de sindicância é necessário juntar provas, já as funcionárias da empresa terceirizada, não relataram a situação ocorrida no banheiro para que pudesse ser tomada alguma medida. A aluna do primeiro período está aguardando chegar o documento para instaurar sindicância. A professora Fernanda disse que após a pandemia, houve um crescimento enorme de alunos com doenças mentais, e a aproximação acadêmica comum se perdeu, pois em alguns casos não há noção de limite e respeito à intimidade de outro indivíduo. A Cris disse que tem receio quanto aos banheiros com porta fechada, pois pode facilitar a conduta ilícita dessas pessoas com má intenção e, por isso, solicitou um segurança para ficar na porta do banheiro que fica perto da biblioteca. A professora Fernanda disse que tem uma portaria, que está em vigor, que regulamenta que em todas as Unidades devem ter um banheiro agênero e, para cumprir com a portaria, pensou em colocar esse banheiro perto do Salão Nobre; pois o acesso é maior e amplia a todos os públicos. A professora Carla Apolinário pediu desculpas pelo atraso, pois estava em



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
Colegiado de Unidade**

outra atividade e aula, mas acompanhou a discussão. Parabenizou a conduta da direção, que trouxe o assunto para o centro de debates, mesmo que não tenha a representação das vítimas, mas salientou que o Colegiado tem o dever de discutir e adotar medidas das possibilidades que conseguirem em conjunto, aproveitando a presença dos três segmentos ( CAEV, professores e técnicos) da Universidade para produzirem uma política para ser aplicada na Unidade. A professora Carla Apollinário faz parte da Comissão Permanente da Equidade de Gênero, foi criada no âmbito da Universidade vinculada à Reitoria, é fruto do acúmulo de um Grupo de Trabalho (GT) criado exatamente para pensar quais as melhores formas de enfrentamento da violência de gênero dentro da Faculdade. A UFF não está imune e, como parte da sociedade, sofre com todos os episódios de discriminação dentro das Unidades. No Campo do direito é difícil ver que as situações acontecem sem representação formal, dificultando levar adiante eventual repressão, mas isso não impede que haja de outra maneira. A via repressiva é somente uma das formas, e para ela sim, precisam de uma representação ou produzir a materialidade, identificar autoria no procedimento especial de sindicância. Acredita muito no princípio educativo de conscientização, de organização, então pode dizer que a Unidade Central ( Reitoria ) está pensando nessas medidas, mas ainda há um grande caminho de aprovação de resolução e modificação de procedimentos. Claro que faz parte das políticas além do aprimoramento da via repressiva também das ações educativas, mas nada impede que já adotem - essa tem sido inclusive a recomendação da comissão, pois os casos não são isolados e não há como esperar essa norma para tomada de decisão. Acha importante desenvolver protocolos de apoio para quem queira representar, lembrando que a representação não é a lembrança de um episódio de violência, mas também um investimento existencial. Muita gente não vai representar e o fato da pessoa não representar não quer dizer que não possam ou devam acolher essa pessoa ou até atuar em razão disso. Acredita muito e tem visto em outras Instituições que junto com a UFF se anteciparam na criação de estruturas administrativas para cuidarem disso como um problema da nossa existência como Universidade e a partir desse trabalho, estão trocando experiências. Disse que uma campanha é muito importante, criação de protocolos especiais para aplicação no caso concreto, que não diz respeito somente à vítima, mas alcança a todos. Precisam produzir medidas efetivas de acolhimento e proteção. Se a proteção não funcionar, reconhece que, em muitos espaços, são desertos em determinados horários e não tem como colocar segurança em todos os andares, então precisam desenvolver essa capacidade de reação em toda a comunidade universitária de modo que uma pessoa possa se apoiar na outra e consigam conseguir produzir um ambiente melhor de proteção. Na ocorrência de algum caso específico, estejam preparados para atuarem e resolverem caso a caso e proteger a pessoa ofendida ou acionar alguém que possa resolver. Como Faculdade de Direito, precisam dar o exemplo para o restante da UFF com aquilo que já atuam no cotidiano na área do Ensino, Pesquisa e Extensão, se não iniciarem, vai ser difícil para o restante da Universidade conseguir avançar nessas melhores práticas que precisam ser adotadas. Outra questão que a professora Carla mencionou, foi sobre a questão da autonomia. Todos são servidores ( os Técnicos-Administrativos e os professores ) e são orientados pela Lei 8112, que trata sobre o Regime Jurídico único dos servidores Públicos do Poder Executivo Federal. O problema que estão discutindo no âmbito da Comissão é: a Lei 8.112 tem um dispositivo que determina que toda pessoa que tomar conhecimento de uma irregularidade ou ilegalidade, deve ser levar ao conhecimento da autoridade que tiver competência para determinar a verificação



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**Colegiado de Unidade**

de irregularidade para sanar aquele vício insanável ou reportar à chefia e ela levar para a instância competente. Isso é uma regra geral, porém tem sido relativizado nos casos que envolvem violência de gênero ou violência sexual porque às vezes trazer o fato para via repressiva, pode expor a vítima a situações pelas as quais ela não está emocionalmente preparada para representar o fato e depor em Comissão de sindicância ou processo Administrativo Disciplinar. É o único momento que relativizam a norma envolvendo essas violências. A via repressiva não substitui a via educativa e a preventiva. A repressiva pode causar uma revitimização ou uma segunda violência sofrida pela vítima, sobre forma de violência Institucional. Pela Coordenação, a Regina disse que teve alguns episódios com o aluno que foi mencionado, falou que os atendimentos dos alunos são realizados por e-mail, então não há contato físico com ele. Após receber a informação da servidora Ana Maria, sugeriu, a fim de coibir as práticas de importunação do aluno, fosse realizada uma atuação junto aos professores das disciplinas em eu ele está inscrito para monitorar a frequência dele para ele sentir que deve cumprir com suas obrigações acadêmicas, pois é provável que ele não esteja assistindo às aulas pelo tempo que fica ocioso no Campus. Disse que tem uma lista de PCD com 8 alunos, que está desatualizada, e não estão conseguindo contato com a PROAES para atualizarem esses números. A Coordenação acolhe os alunos e realiza ajustes para organizar a rotina acadêmica desses alunos. O setor da reitoria que fazia acompanhamento psicológico dos alunos foi dissolvido, isso piora a situação ocasionando maior de fragilidade. Não há registros do quantitativo exato, mas sabe-se que o número é muito alto desses alunos com necessidades especiais. Apesar desse aumento expressivo, não houve treinamentos necessários para se adequar a essa realidade, estão sem apoio de nenhum outro setor para acompanhá-los. O Victor disse com a professora Carla que justamente essa era a preocupação que estavam trazendo para essa reunião, que os professores tivessem ciência dessas situações para a tomada de decisão conjunta daquilo que ocorre na Unidade do Direito. Sobre a sugestão da Regina, disse que dependendo da carga horária, poderia não adiantar, se estivesse inscrito em poucas matérias, dependeria de uma análise. O professor Carlos Magno disse que é importante noticiar em reunião essa informação, disse que realmente o Campus da Tiradentes é muito deserto, mas procura cumprimentar a todos. Não tem muitas informações, além das que foram relatadas nessa reunião. Lembrou que passou por uma situação parecida na época em que foi Coordenador da Universidade de Santa Catarina. Disse que em dias mais frios um aluno aparecia com camiseta e calça suja, então suspeitaram que ele pudesse ter alguma doença psíquica. Após alguns episódios, chamou esse aluno para conversar e ele disse que tinha diagnóstico de alienação mental e apresentou os medicamentos que ele usava. Falou que é delicado tratar sobre esses assuntos, mas disse que foi um recado para o aluno. Pensou que talvez pudesse ser aplicado nesse caso com a direção chamando o para um diálogo a fim de conhecer melhor a situação dele. Por fim, manifestou sua solidariedade e se colocou à disposição para auxiliar. A professora Fernanda disse que é uma mudança de cultura complexa a ocupação da Tiradentes, devido às limitações para aula, porém, a partir da solicitação da biblioteca, está tentando alocar mais aulas lá para movimentar o espaço. A Pró-Reitora visitou o Campus e está licitando parte do espaço para cantina, sem retirar o espaço cedido ao Centro Acadêmico, a fim de movimentar o Campus. Realizou contato com o Comandante para acionar a patrulha para fazer ronda e garantir maior segurança aos estudantes. Aproveitou a presença da bibliotecária Cristiane para dizer que sente-se feliz com o comprometimento da equipe da biblioteca que tem favorecido muito os espaços da



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**Colegiado de Unidade**

Faculdade, relatou que a biblioteca tem ficado cheia e disse que os alunos estão se beneficiando com acesso a computadores com internet. O professor Ozéas disse ser um caso complexo, diferenciado, mas que há sim materialidade que está normatizada no Código Penal e enquadra-se em um crime de perseguição. A partir do momento que diz que ele está fotografando pessoas, sem ciência das mesmas, atenta contra sua liberdade. Isso constitui sim um crime, o problema é que precisa de uma representação, mas abre uma porta para a fala do professor Carlos Magno, em chamá-lo para uma conversar e fazê-lo entender sobre as consequências de seus atos, concorda com a professora Carla sobre a questão da via educativa, mas esse é um aluno diferenciado, pois tem o hábito de ficar migrando de cursos. Sobre a observação da servidora Regina, disse que se ficarem indagando sobre a questão acadêmica, ficar monitorando esse aluno e, se chegar ao ouvido desse aluno, pode trazer um problema contra a Faculdade, pois pode caracterizar um elemento de perseguição da Faculdade contra o aluno, mas dá para ser um pouco mais incisivo. Expressou que a melhor opção seria mesmo chamá-lo a conversa no primeiro momento, pois terá um efeito pedagógico mais efetivo. A professora Fernanda disse que mais que uma situação retórica, é uma questão alarmante. Existem esses dois casos abertos, mas todos sabem que esses casos têm crescido exponencialmente, sobretudo em outros cursos. A partir das considerações dos professores Carlos Magno e Ozéas, perguntou ao Colegiado sobre o acolhimento desse aluno para uma conversa. No caso das alunas que registraram o Boletim de Ocorrência na Delegacia, há um caminho delineado, dependendo somente da sindicância para apurar o caso. O professor Corval trouxe uma contribuição para registro de importunação na biblioteca, criar um livro de ocorrência e a partir daí terão um espaço de memória para tomarem uma atitude diante das ocorrências. Pediu a Cristiane para conversar com a professora Maria Helena, sua chefe, pois a Biblioteca não está formalmente vinculada à Faculdade de Direito, mas trabalha em sinergia para impactar o corpo universitário. A bibliotecária disse que a sua chefe autorizou a existência do livro de ocorrência. O docente Paulo Corval reforçou sobre a preocupação que existe porque, como servidores, têm autoridade de registrar fatos irregulares que chegam para tomada de providências. A questão é que ninguém vai fazer isso, pois a despeito do que a lei assegura na condição de servidores públicos, precisam de materialidade. Caso alguém denuncie, podem responder porque não têm a função policial como prerrogativa em atuar em questões criminosas. Há o poder-dever de atuar, mas esses poderes não são sua função principal. A grande preocupação que ele tem é sobre a materialização dos fatos. As pessoas que infelizmente sofrem, tem que ter possibilidade de manifestar e documentar e a Faculdade, com alguma segurança, pode atuar. A sugestão do livro de ocorrência deve ser ampliado para toda Unidade. Outro caminho seria a pessoa reclamar na Ouvidoria, mas o que não dá é tomar o lugar e representar substituindo o lesado, mas atuar direcionando para adoção de providências. O caso relatado pela servidora Cristiane, garante uma segurança, pois, como servidora, tem fé pública e permite que tomem medidas. Não há como fazer o mesmo tomando por base denúncias anônimas. Paulo Corval disse que é uma medida de cautela, não fugindo à responsabilidade, mas a ação não pode ser estigmatizada dos outros, nem promotora de um ambiente que, ao invés de educar, realiza uma atividade persecutória/fiscalizatória. O ideal é criar um mecanismo para que as pessoas possam materializar os fatos e a partir dos dados, as medidas possam ser adotadas, evitando desdobramentos que se agravam ao longo do tempo. A professora Fernanda disse que a partir de sua sugestão, vai solicitar a compra dos livros para



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
Colegiado de Unidade**

deixar no protocolo da Faculdade e na semana passada, tive reunião com a Jandira – ouvidora da UFF- que relatou que há um site ( fala ponto BR ) vinculado à Controladoria Geral da União que está concentrando a Ouvidoria de todos os órgãos da União. Essa adoção vai trazer uma ouvidoria local, o login será a senha do SOUGOV. Futuramente vai ter que nomear um servidor(a) para exercer a função de Ouvidor Local para intermediar essas demandas. Já está em fase de implantação na Unidade, mas sem prejuízo dessa ouvidoria, esse livro de registros é também um crescimento institucional. A Carla sugeriu uma caixa para receber eventuais reclamações para aprimorar esse sistema. A diretora acolheu as alunas, ouviu, não quer expô-las, para não ficarem estigmatizadas. Não há necessidade de maiores informações, pois não cabe ao Colegiado conduzir a questão, mas sim de acolher o conteúdo do caso para combater essa prática inaceitável na Faculdade de Direito. O professor Carlos Magno disse que tem dois caminhos, saber se tem alguém que represente contra o aluno, relatando suas ações para assim ser possível realizar uma sindicância para apurar o caso. Caso não tenha alguém que queria se manifestar por se sentirem vulneráveis, é o caso de chamá-lo para conversa possivelmente na segunda-feira, por ser urgente. Disse não ser sábio a professora Fernanda atendê-lo sozinha, não por ser mulher, mas ele também não atenderia mesmo sendo homem e se colocou à disposição para estar junto à diretora como testemunha, como alguém que pode contribuir. A professora Fernanda disse que ainda não há câmeras nos Campi, a Tiradentes tem os problemas de vulnerabilidade quanto à segurança, inclusive das bibliotecárias como mulheres e alvo naquele espaço, mas têm a felicidade de ter os zeladores da Tiradentes, que dão apoio às servidoras da Biblioteca. Sobre a sugestão do professor Carlos Magno, disse que não costuma conversar assuntos delicados sozinha e, por medida de cautela, normalmente convoca um aluno do CAEV ou professor para acompanhar reuniões para tratar alguns assuntos específicos. Vai agendar com o aluno, aceitou a participação do professor Carlos Magno nessa reunião que representará o Colegiado, convocou a professora Carla, por ser da Comissão supramencionada, e a Direção, representada pela diretora. Esse seria o primeiro caminho adotado! Solicitou que fosse elaborada a ata dessa reunião, para que a partir da inalteração desse aluno, ocorrendo reincidência desse comportamento, já fosse um elemento para instruir um eventual processo de sindicância. A professora Fernanda se comprometeu de entrar em contato com ele para definir o dia e informar aos professores, além de acatar a sugestão do Paulo Corval e aproveitando o aniversário da Faculdade, da professora Carla, do CAEV esse mês de junho para realizar uma campanha contra assédio envolvendo a biblioteca, os Departamentos, os Coletivos para uma conscientização de combate com a sugestão de livros extracurriculares da biblioteca sobre o tema, fazendo uma ação conjunta nesse sentido. O professor Carlos Magno sugeriu que trouxesse o Coletivo Cirandeiros e Lamparinas que tinham o objetivo de autoconscientização, autoproteção de alunos. A professora acolheu a sugestão do professor, mas disse que após a pandemia eles perderam um pouco da força política. A professora Carla disse que outra medida positiva, já adotada em outros locais, é a criação de Comissão Local de prevenção ao assédio para ficar responsável em promover essas ações, campanhas, organização de eventos, participação nos Colegiados de Curso, Departamentos de Unidade para dar o feedbacks sobre as ações composta por representante do Centro Acadêmicos, Coletivos, Direção, Coordenação e Departamento, formando uma estrutura reconhecida pela comunidade com sua devida nomeação permitindo a publicação no Boletim de Serviço por DTS. A existência dessa Comissão não iria



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
Colegiado de Unidade

interferir na organização da Administração Central porque, como é uma comissão local, não há uma comissão geral para toda a Universidade. Seria bem interessante porque isso já começa a criar um aspecto de medidas mais efetivas recepcionando esses casos recorrentes, sustentando-se ao longo dos anos. A diretora disse que podem pensar nessa comissão e nesse mês de junho ir amadurecendo essa ideia para criar a composição e votar na reunião possivelmente de julho. **PONTO 4 – Edital do projeto de Residência Jurídica do Departamento de Direito Aplicado.** A professora Raquel falou que se trata de um convênio que a UFF tem com a Procuradoria de Niterói, que paga as bolsas dos residentes. Eles auxiliam os professores nos andamentos dos processos, fazem as atividades de acompanhamento, atendimento e cumprem uma carga horária de Direito Material, Direito Processual, Monografia e Metodologia. Nesse Convênio, tem também uma seleção destinada aos residentes da Procuradoria do Município para integrarem o quadro de residentes da Universidade. Precisam desse processo seletivo para dar cumprimento ao Convênio, que já está em andamento. Basicamente precisam de uma autorização registrada em ata para abertura do edital do processo seletivo. Sem manifestações contrárias, foi aprovado. **Como nada mais foi deliberado, a gravação foi interrompida às 16:04h. Sem mais pedidos de inscrição, a reunião, por fim, foi encerrada. Ata lavrada e assinada pela servidora Luane Vianna Paiva e revisada pela Professora Fernanda Pontes Pimentel, SIAPE 2524037.**

Niterói, 25 de maio de 2023.

**Fernanda Pontes Pimentel**  
**Diretora da Faculdade de Direito**  
**SIAPE 2524037**

**Luane Vianna Paiva**  
**Assistente em Administração**  
**SIAPE 3141358**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
Colegiado de Unidade**